

## **Contra-Avaliação dos Professores**

**Marcelo Neri**

*Centro de Políticas Sociais /IBRE, REDE e EPGE*

*Fundação Getulio Vargas*

Me encontro no Peru há três semanas avaliando quatro experiências de microcrédito em diversos recantos do país. Nesta viagem presenciei algumas lições que podem ser importantes ao desenho e administração da política educacional no Brasil. O presidente a pouco eleito do Peru, Alan Garcia, anunciou um programa amplo de avaliação dos professores – a chamada *Ley Magisterial* - pois aqui tal como no Brasil a qualidade de educação tem caído nos últimos anos. Como no Peru muitos dos alunos nas áreas rurais acabaram se tornando após a formatura em professores nas suas respectivas localidades - não os melhores que via de regra emigram às cidades. Curiosamente, este processo foi disseminado na primeira gestão do presidente hoje em exercício. Como resultado, a qualidade do ensino segue trajetória descendente função da seleção adversa do quadro de professores. O Peru é o único país a ser superado pelo Brasil proficiência dos alunos, ficando em último lugar de acordo com os resultados da avaliação internacional do PISA. Constituindo um precioso contra-exemplo tão valioso quanto os casos de sucesso tipicamente enfatizados. Aqui no Peru os professores dos diversos níveis de ensino são funcionários federais com sindicatos fortes. O novo processo de avaliação é composto de três fases e o professor tem acesso a cursos de formação gratuitos, mas se não conseguirem aproveitamento minimamente satisfatório, perde o emprego público.

O resultado desta iniciativa federal peruana foi deflagrar a maior greve geral dos últimos anos, cuja força motriz é o movimento dos professores de ensino básico. A greve parou o país literalmente, uma baderna geral, fartamente documentada nos meios de comunicação nacionais e - imagino - internacionais. Só para ilustrar com a minha experiência pessoal, um membro de minha equipe de avaliação foi atacado com paus e pedras no táxi em que tomava rumo a entrevistas. Após albaroarem o carro, quebrando o para-brisa, o motorista do táxi foi retirado à força e a situação só se resolveu quando o motorista deu dois soles (menos de um dólar) aos chantagistas. Em Abancay, aonde estivemos posteriormente uma menina foi morta acidentalmente a pedrada pelos grevistas,

a morte de aluna por professores simboliza o absurdo do processo. Eu ia a Puno avaliar uma experiência lá e não pude, pois o aeroporto foi ocupado pelos grevistas que também pararam a linha do trem a Machu Picchu. Quando eu estava vindo de Cotahuasi a Arequipa, tivemos de camuflar nossa função de avaliadores - de alguma coisa - e fazer longos desvios de bloqueios de estrada com paus e pedras para se chegar ao fim do caminho. Enfim, àqueles que acreditam que para aprimorar as políticas públicas precisa de três coisas: avaliação, avaliação e avaliação. A lição peruana indica que os resultados da primeira das três avaliações foi suficiente para deflagrar um indigesto movimento contra-avaliação. Embora a sociedade no sentido mais amplo e os pais dos alunos em particular e um grupo de professores anônimos, dêem forte apoio a medida. Vale expressar a opinião de alguns que a chave do mistério da greve peruana estaria no financiamento do processo que jorraria do mesmo presidente que andou financiando escola de samba no Rio, há dois carnavais.

Além da avaliação é preciso agregar às mesmas três outros componentes: transparência, princípios e incentivos. No caso peruano há dúvidas quanto à transparência dos critérios de avaliação. Lembro há quatro anos quando o nosso querido Maurício de Andrade, recém-falecido, convocou uma reunião na Ação da Cidadania para discutir a transparência dos cadastros da política social com pessoas de todos os níveis da sociedade e do Estado brasileiros. Maurício com a ousadia e a habilidade que o caracteriza instou a abertura pública dos cadastros. O consenso à época era que a informação dos cadastros sociais eram sigilosas e ponto. Hoje o sítio do Ministério de Desenvolvimento Social apresenta a lista dos beneficiários do Bolsa-Família, município por município. Muitas vezes esta lista engendra reportagens sobre a filha de prefeito que recebe o bolsa-família. É um processo duro, mas que gera a necessária pressão dos pares e apoio social à qualidade do programa.

Na política educacional com o advento do PDE, o Brasil tem optado pelo aprofundamento dos mecanismos de avaliação da proficiência dos alunos e na distribuição de sinais a sociedade, escolas e prefeitos sobre a qualidade de ensino no Brasil. Não estamos longe do momento aonde o conhecimento dos alunos serão acompanhados individualmente – e com GPS – ao longo do tempo. A agenda de avaliação dos mestres ainda não foi encontrada, talvez pelo grau de instabilidade política latente. Quiçá pelos mesmos motivos, optou-se aqui por anunciar um piso salarial nacional aos professores.

No aspecto de incentivos todos concordam em motivar com novos recursos condicionais ao desempenho auferido por professores, diretores de escolas, pais e alunos para financiar a revolução educacional. O aspecto mais polêmico das discussões que tenho participado tem sido justamente o efeito de incentivos e salários de professores sobre a qualidade do ensino. Ao meu ver, devemos buscar um sistema geral onde todos os participantes são sujeitos a incentivos similares para não quebrar a sinergia do processo. Deve-se estabelecer logo ao princípio do processo os princípios gerais a serem pactuados com todos os atores do processo, de forma que o usual choro dos perdedores, conhecidos a posteriori, não danifique a estrutura de incentivos estabelecida. O princípio fundamental ao meu ver deve ser a troca de mais recursos por mais qualidade, avaliada de maneira objetiva. Agora o impacto de incentivos baseados na avaliação devem ser avaliados para que não se lute contra moinhos de vento.

Na minha opinião - e do meu fiel escudeiro na área educacional Gabriel Buchmann - os professores são o insumo mais importante da educação - depois dos próprios alunos. Pode-se melhorar a qualidade do ensino incentivando o esforço mais intenso dos que já estão no mercado a se esforçarem e se dedicarem mais, tornando-os mais motivados, ou atraindo profissionais mais habilidosos, talentosos e qualificados para o mercado do magistério. Segundo a teoria dos contratos, existem incentivos à participação e incentivos ao esforço. O primeiro caso se enquadraria no caso de incentivo ao esforço, o segundo no de incentivos à participação.

Cabe priorizar no caso brasileiro estruturar uma política a todos os professores observando a sua performance e dos seus alunos. Esta política atrairia os melhores profissionais para a área de magistério do ensino público básico, melhorando assim a qualidade média dos professores. De muito pouco adianta o desenho dos melhores mecanismos de incentivo possíveis se o indivíduo não tem o potencial, ou a qualificação necessária para realizar uma determinada tarefa. Mas por outro lado não se pode excluir a priori os que estão na carreira destes benefícios. Incentivos como condicionar o salário dos professores ao desempenho dos alunos, reduzir de alguma forma a estabilidade da carreira, ou outras variantes do binômio premiação/punição, devem ser postas em prática de forma a atrair melhores quadros e motivar a excelência. Dada a natural rigidez para baixo dos salários, todo cuidado deve ser tomado com a forma de aumento dos salários dos docentes,

pois perde-se a capacidade de criar um contrato de trabalho com poder de incentivo positivos. Isto é, uma vez que se dá um aumento a única forma de se incentivar pecuniariamente os professores seria através da retirada destes novos benefícios, o que pode ser complicado politicamente. Se falamos em piso nacional de salários, nem isso é permitido, cria-se uma catraca que amarra a capacidade de se motivar mestres. Talvez a principal vantagem de se dedicar poucos recursos ao ensino básico e aos seus mestres é a possibilidade de aumentá-lo condicionado a desempenho, e esta possibilidade deve ser preservada com mecanismos de avaliação e incentivos testáveis, estáveis e transparentes.

Condicionar o salário dos professores ao desempenho faria com que jovens com potencial optassem pela carreira de professor do ensino básico, como alternativa a carreiras como de direito carreiras que tem como salários esperados R\$2360 para dar um exemplo, uma vez que o salário esperado de alguém formado em matemática, letras, história geografia e ciências variam de R\$1144 a R\$1470, para brancos urbanos entre 30 e 34 anos. O salário médio do professor das séries iniciais (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série) no país, que já era muito reduzido passou de R\$ 904 em 2000 para R\$ 874 em 2005.

Conseguimos enxergar um salto monstruoso na qualidade do ensino no dia em que o nível médio dos professores de português e física do ensino médio público for o mesmo dos advogados e engenheiros, mas com nível de competência e esforço comparáveis. Deve-se buscar tornar o mercado de professores do ensino fundamental público competitivo na atração dos melhores profissionais no momento de suas decisões de carreira. A transição ao status de professor é algo que passa naturalmente na cabeça de quem é aluno. Uma forma politicamente palatável de se incentivar os bons - e se afastar os acomodados - é por meio de um aumento em seus planos e perspectivas de salário efetivas condicionadas a desempenho.